

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**  
**CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35**  
**NIRE: 3530001003-5**

**Reunião Ordinária do Conselho Fiscal**

**DATA/HORA E LOCAL:** Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal no formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

**PRESENÇA:** Participação dos membros em exercício, conforme descritos: Membros do Conselho Fiscal: Tarcila Peres Santos, Luzia Sarno; Maurício Barutti de Oliveira; Wagner de Campos Rosário, José Lopes Hott Júnior e representando o Escritório de Governança Paula de Freitas Candido, Coordenadora de Escritório de Governança, que secretariou a reunião e Sandra Marinalva da Silva Soares.

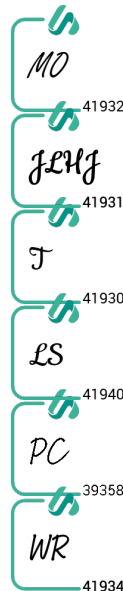
**PARTICIPAÇÃO:** Roberto Camargo e Layla Moreira, representantes da BDO Auditores Independentes; Gerente de Licitações, Sr. Jorge Luiz de Souza; Simone Yumi Matsubara, da Coordenadoria de Apoio Técnico; Viviane Rodrigues Gomes, Gerente de Ouvidoria; Coordenadoras da Gerência Jurídica, Dras. Juliana Pasquini Mastandrea, Stephanie Marie Pamela Rise Romboli e Kélysta Ferreira,

Os Senhores Conselheiros Fiscais receberam a convocação da reunião conjunta e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

**ORDEM DO DIA:**

**ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21/01/2025**

A reunião foi iniciada pela Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, que colocou em pauta a aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 21 de janeiro de 2025. A Conselheira Luzia Sarno manifestou sua preocupação com a ausência de registros mais detalhados na ata sobre os diversos comentários e questionamentos levantados pelo Conselho ao longo da reunião, destacando a importância de registrar formalmente as preocupações recorrentes dos conselheiros. Segundo Luzia, o Conselho tem reiteradamente apontado questões que ainda não



foram endereçadas, e tais registros seriam fundamentais para o acompanhamento das providências a serem tomadas.

O Conselheiro Wagner Rosário sugeriu que as conclusões e encaminhamentos que fossem discutidos na presente reunião fossem registrados de maneira mais estruturada na ata atual. Ele ressaltou que as preocupações levantadas na reunião anterior permaneciam relevantes e que incluir os pontos principais na ata atual poderia garantir um melhor acompanhamento das pendências. Entre os encaminhamentos destacados, Wagner citou a necessidade de endereçar o cumprimento dos fluxos da área comercial e a verificação desses processos pela Auditoria Interna.

Luzia concordou com a proposta e acrescentou que, entre os temas recorrentes, estava a necessidade de apresentação e revisão dos processos internos, bem como a ausência de um sistema financeiro integrado na companhia. Ela destacou que a Prodesp, sendo uma empresa de tecnologia, deveria contar com um sistema robusto e eficiente para garantir a integridade das informações financeiras, permitindo que os valores a pagar e a receber estivessem devidamente conciliados. A Conselheira enfatizou que essa deficiência tecnológica impactava diretamente na confiabilidade dos números apresentados e reforçou que este é um problema já apontado em diversas ocasiões pelo Conselho.

Os conselheiros também lembraram que havia sido discutida anteriormente a importância de consolidar um histórico de todas as reivindicações feitas pelo Conselho Fiscal ao longo do tempo e a necessidade de monitorar a evolução dessas solicitações. Além disso, foi mencionada a intenção do Conselho de participar de uma reunião com a Diretoria Comercial para obter esclarecimentos adicionais sobre a estrutura e os processos adotados pela área. Os conselheiros ressaltaram que é necessário reforçar a cobrança sobre as pendências que ainda não foram resolvidas ao longo do ano.

A Sra. Paula Candido informou que o ponto referente à necessidade de um sistema financeiro integrado já constava na ata anterior e se colocou à disposição para compartilhar o documento novamente para conferência dos conselheiros. Luzia reconheceu que pode ter passado por esse ponto sem a devida atenção e agradeceu o esclarecimento. Paula também sugeriu que a equipe responsável pela elaboração das atas passasse a destacar as observações feitas pelos conselheiros diretamente no documento, facilitando a revisão antes da aprovação. Além disso, propôs que, caso houvesse necessidade de ajustes, a ata fosse submetida para validação antes da reunião, garantindo maior precisão e alinhamento com as expectativas dos conselheiros.

Luzia aprovou a proposta, afirmando que a ideia do Wagner de consolidar os pontos pendentes dentro da ata seguinte seria suficiente. Reforçou que o ideal seria que, na próxima ata, fosse

MO  
41932

JLHJ  
41931

J  
41930

LS  
41940

PC  
39358

WR  
41934

incluído um inventário detalhado dos temas discutidos e ainda sem solução, garantindo que todos os apontamentos fossem registrados de maneira sistemática e objetiva.

A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, questionou se havia mais alguma consideração sobre a ata e, não havendo novas manifestações, colocou a questão em votação. Todos os membros concordaram com a inclusão dos encaminhamentos mencionados na ata atual e com o novo formato sugerido para os registros futuros. Dessa forma, a ata da reunião de 21 de janeiro de 2025 foi aprovada, com a ressalva de que os apontamentos pendentes serão reforçados no próximo documento.

#### FOLLOW-UPS SOLICITADOS:

1. **Cumprimento dos fluxos da área comercial** – acompanhamento pela Auditoria Interna para garantir a devida regularização dos processos.
2. **Revisão dos processos internos** – solicitação para que a equipe responsável apresente um mapeamento detalhado dos fluxos operacionais.
3. **Sistema financeiro integrado** – reforço da necessidade de implementação de um sistema robusto que permita a conciliação automática de pagamentos e recebimentos, garantindo maior confiabilidade nos números apresentados.
4. **Consolidação de histórico de solicitações do Conselho Fiscal** – criação de um inventário detalhado das demandas levantadas pelo Conselho e acompanhamento das providências tomadas.
5. **Reunião com a Diretoria Comercial** – organização de um encontro entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Comercial para esclarecimento das práticas adotadas na gestão de contratos e faturamento.

#### ITEM 2 – STATUS DOS TRABALHOS REALIZADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES NAS DFs – Exercício 2024

A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, iniciou o item dando as boas-vindas aos representantes da BDO Auditores Independentes, Sr. Roberto Camargo e Sra. Laila Moreira. A Coordenadora do Escritório de Governança, Sra. Paula Candido, informou que a BDO faria a apresentação do status dos trabalhos realizados nas demonstrações financeiras do exercício de 2024, tanto nesta reunião quanto na reunião do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE). Explicou ainda que a ideia era que, na reunião conjunta, já fossem apresentados os números finais para discussão aprofundada entre os dois colegiados.

O Sr. Roberto Camargo iniciou sua explanação informando que os trabalhos de auditoria estavam em andamento, restando algumas pendências, principalmente relacionadas às contas de

resultado, enquanto as contas patrimoniais estavam praticamente finalizadas. Relatou que, até o momento, não havia sido identificado nenhum ajuste relevante, apenas ajustes imateriais que já haviam sido realizados pela contabilidade. Destacou que a equipe da companhia havia realizado um mutirão desde a semana anterior, o que possibilitaria a conclusão dos trabalhos ainda naquela semana.

O auditor reforçou que as demonstrações financeiras já haviam sido revisadas pela BDO previamente e que, se não houvesse dificuldades na obtenção de documentos pendentes, o trabalho poderia ser concluído sem novas alterações nos números apresentados. A Sra. Laila Moreira corroborou a previsão de encerramento dos trabalhos, mencionando que a equipe interna da companhia estava separando as evidências necessárias.

Dando continuidade, a Sra. Paula Candido sugeriu compartilhar os documentos com os dois colegiados antes da reunião conjunta, permitindo uma análise prévia e tornando a discussão mais produtiva. O Sr. Roberto concordou com a proposta, reforçando que a auditoria não via riscos significativos de novos ajustes, desde que toda a documentação fosse encontrada conforme o esperado.

Na sequência, o auditor destacou um ponto crítico identificado durante os testes de auditoria, referente à ausência de evidências documentais sobre os atestes de receita. Ele lembrou que o Conselho Fiscal havia discutido esse tema ao longo do ano e que a Administração havia se comprometido a resolver as pendências antes do fechamento contábil. No entanto, ao aplicar os testes, constatou-se que aproximadamente 95% da amostra analisada não possuía evidências formais de atestes, contrariando o entendimento previamente informado pela empresa. Segundo o auditor, a equipe precisou recorrer a testes alternativos para validar as receitas registradas, o que representa um risco significativo para os controles internos.

A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, agradeceu pelo relato e ressaltou que essa era uma preocupação recorrente do Conselho. Destacou que o colegiado vinha levantando essa questão há anos, mas não dispunha de evidências concretas sobre a extensão do problema. O auditor confirmou que a ausência de atestes não se limitava às receitas a faturar, mas abrangia também as receitas já reconhecidas, o que reforçava a necessidade de melhorias urgentes nos processos internos.

O Conselheiro Wagner Rosário destacou que esse problema não era uma surpresa para o Conselho, que já vinha acompanhando dificuldades na gestão de faturamento da companhia. Ele diferenciou dois pontos de análise: a auditoria das demonstrações financeiras, que aparentemente não indicava distorções materiais, e os testes de controle, que revelavam falhas estruturais graves nos processos. Defendeu que a Auditoria Interna deveria priorizar essa questão e conduzir um trabalho aprofundado em 2025.

O Sr. Roberto Camargo reforçou que, segundo os procedimentos internos da empresa, os atestes deveriam existir e ser armazenados adequadamente, mas, na prática, não eram encontrados. Destacou que a alegação da Administração era de que a rotatividade na área comercial teria causado a perda de histórico documental, mas enfatizou que isso evidenciava uma fragilidade ainda maior, pois um processo robusto não poderia depender da permanência de indivíduos para garantir a continuidade e confiabilidade das informações.

O Conselheiro Wagner Rosário considerou esse ponto particularmente preocupante, argumentando que, em uma empresa pública sujeita a trocas frequentes de gestão, a ausência de processos bem estruturados e documentados era inaceitável. Destacou que a justificativa apresentada não apenas não resolvia o problema, mas agravava a percepção de fragilidade dos controles.

A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, concluiu que, com essa constatação, havia agora evidências concretas de que os controles internos não eram seguidos na prática, o que permitiria ao Conselho direcionar melhor suas recomendações à Administração. O Sr. Roberto Camargo afirmou que esse ponto seria detalhado no relatório circunstanciado da auditoria e que as conclusões finais seriam apresentadas na Carta de Controles.

Por fim, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu aos auditores pela apresentação e reforçou que o Conselho seguirá acompanhando esse tema com prioridade.

#### **FOLLOW-UPS SOLICITADOS:**

1. **Deficiência nos controles de atestes de receita** – Solicitação para que a Auditoria Interna conduza uma avaliação detalhada em 2025 sobre os controles e procedimentos relacionados ao faturamento.
2. **Registro de evidências documentais** – Recomendação para que a Administração implemente um processo estruturado para armazenamento de atestes e evidências documentais de faturamento.
3. **Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário** – Solicitação para que ambos acompanhem o tema de forma contínua, considerando os achados da Auditoria Externa.
4. **Revisão dos fluxos da área comercial** – Necessidade de garantir que os processos internos não dependam exclusivamente da permanência de determinados indivíduos, assegurando a continuidade operacional.

### ITEM 3 – CIÊNCIA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E DAS MODALIDADES DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES PELA EMPRESA (ATENDIMENTO AO ITEM 11.2 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)

A reunião prosseguiu com a apresentação do Gerente de Licitações, Sr. Jorge Luiz de Souza, que iniciou sua explanação cumprimentando os presentes e informando que, por se tratar do primeiro mês do ano, o volume de processos licitatórios ainda era reduzido.

O Sr. Jorge detalhou que, no mês de janeiro, foram oito certames finalizados, dos quais seis licitações foram homologadas, sendo cinco realizadas na modalidade eletrônica. Destas, cinco resultaram em economia para a companhia. Duas licitações foram consideradas fracassadas. Além disso, 19 licitações seguem em andamento e duas encontram-se suspensas.

O gerente informou que, com os certames realizados em janeiro, a empresa obteve uma economia total de [REDACTED] decorrente dos valores finais adjudicados em comparação com as estimativas iniciais. Na sequência, apresentou um quadro demonstrativo das economias geradas por diretoria:

O Sr. Jorge destacou que, ao longo do ano, esse acompanhamento será consolidado mês a mês, permitindo uma análise comparativa mais abrangente da evolução dos processos licitatórios e das economias obtidas.

Na sequência, informou que, no período, houve apenas uma licitação presencial, referente à execução de reconstrução da pavimentação na sede da companhia, já homologada, no valor de [REDACTED]

Além das licitações finalizadas, o gerente relatou que dois chamamentos públicos estão em andamento, encontrando-se na fase de recebimento de propostas. Informou ainda que há duas pré-qualificações em curso, cujos prazos ainda estão dentro do cronograma estabelecido.

No que se refere às licitações suspensas, o Sr. Jorge explicou que há uma licitação paralisada por determinação do Tribunal de Contas, aguardando nova deliberação para sua retomada.

O gerente também trouxe informações sobre o processo de despapelização, que vinha sendo aguardado pelos conselheiros. Segundo ele, a licitação referente a esse processo já avançou, com a realização da etapa de lances. Houve a desclassificação de uma empresa, e, no momento, a companhia acompanha uma diligência para análise da composição de custos da empresa atualmente vencedora do certame.

MO  
41932  
JLHJ  
41931  
J  
41930  
LS  
41940  
PC  
39358  
WR  
41934

A empresa vencedora tem até o final do dia para enviar a documentação solicitada, contendo o resumo detalhado dos custos. Paralelamente, o setor financeiro foi acionado para revisar a proposta e verificar sua aderência aos parâmetros orçamentários e operacionais da empresa, garantindo que o processo siga conforme previsto.

O Sr. Jorge finalizou sua apresentação ressaltando que, nos próximos meses, a análise e a compilação dos dados licitatórios se tornarão mais robustas, possibilitando um acompanhamento detalhado da evolução dos processos e das economias geradas ao longo do ano.

#### **ITEM 4 – CIÊNCIA DOS PROCESSOS POR CONTRATAÇÃO REALIZADAS ATRAVÉS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ATENDIMENTO AO ITEM 11.2 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

A reunião seguiu com a apresentação da Sra. Simone Yumi Matsubara, da Coordenadoria de Apoio Técnico, sobre os processos de contratação realizados por inexigibilidade e as compras diretas por dispensa de licitação.

A Sra. Simone iniciou sua explanação informando que, no período, três contratações foram realizadas por inexigibilidade, conforme previsto na legislação vigente. Essas contratações ocorreram da seguinte forma:

1. Diretoria de Serviços ao Cidadão – DST: Renovação do contrato de cessão de uso do imóvel em Bragança Paulista, onde funciona uma unidade do Poupatempo. A Prodesp utiliza esse espaço no shopping local sem custos de aluguel.
2. Diretoria Administrativa e Financeira – DAF: Contratação do sistema Sincro, responsável pela transmissão de dados e armazenamento em nuvem para o setor fiscal.
3. Diretoria Administrativa e Financeira – DAF: Contratação do Banco do Brasil para o serviço de recebimento de pagamentos de clientes da Prodesp. A inexigibilidade decorre de legislação federal que estabelece a obrigatoriedade de utilização da instituição bancária para esse tipo de serviço.

Na sequência, foram apresentadas as compras diretas realizadas no período. No total, foram efetuadas 27 compras diretas, sendo 26 por meio de pedidos de compra e uma por meio de contrato. As compras foram distribuídas entre todas as diretorias, exceto a Diretoria de Desenvolvimento de Soluções – DDS.

A Sra. Simone explicou que todas as compras diretas seguiram a regra de dispensa de licitação, já que os valores estavam abaixo do limite de ██████████ conforme previsto na legislação. Entre os itens adquiridos, destacou-se um contrato para assistência técnica de periféricos judiciais e contábeis, cujo valor enquadrava-se na modalidade de compra direta.

O Conselheiro Wagner Rosário questionou a razão pela qual as apresentações de licitações e de contratações por dispensa ou inexigibilidade são feitas separadamente. Ele indagou se há uma separação por áreas dentro da empresa ou alguma outra justificativa organizacional.

A Sra. Simone esclareceu que a licitação, conforme a modalidade (pregão eletrônico ou presencial), é conduzida pela Gerência de Licitações, que coordena todo o certame e, após sua homologação, encaminha os documentos à Gerência de Contratos, responsável por formalizar os instrumentos contratuais e coletar assinaturas das partes envolvidas.

Por outro lado, no caso das contratações por inexigibilidade, não há um processo licitatório, pois a negociação ocorre diretamente com o fornecedor, seja por restrições legais, seja pela especificidade da contratação. A exemplo do contrato do imóvel em Bragança Paulista, a empresa realiza consulta pública para verificar a existência de outros interessados, mas, caso não haja opções adequadas, a contratação é feita diretamente, sem concorrência.

A Sra. Simone finalizou sua apresentação colocando-se à disposição para outros esclarecimentos.

#### **ITEM 5 – CIÊNCIA PELA GERÊNCIA DE OUVIDORIA DO RELATÓRIO ANUAL DE 2024, INCLUINDO O CANAL DE DENÚNCIAS (ATENDIMENTO AO ITEM 8.2 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

A reunião prosseguiu com a apresentação da Sra. Viviane Rodrigues Gomes, Gerente de Ouvidoria, que apresentou o Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria referente ao ano de 2024, incluindo informações detalhadas sobre as manifestações recebidas e tratadas, bem como os dados do Canal de Denúncias.

A Sra. Viviane esclareceu que este relatório já foi apresentado à Diretoria da empresa e, após esta reunião do Conselho Fiscal, será também submetido ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Conselho de Administração.

A Ouvidoria recebeu um total de 26.429 manifestações em 2024, das quais 24.465 foram efetivamente tratadas. A maioria dessas manifestações esteve relacionada aos serviços prestados pelo Poupatempo (88%), enquanto 6% foram especificamente sobre a Prodesp e 4% foram denúncias. Além disso, 2% das manifestações foram registradas como SIC (Solicitação de Informação Cidadã).

Houve ainda 42 manifestações registradas no Canal do Colaborador e 27 direcionadas à Ouvidoria Interna. Além disso, 1.964 manifestações foram encerradas sem tratativa interna, pois

se referiam a assuntos fora da competência da Prodesp, como questões de outros órgãos públicos ou demandas relacionadas à esfera privada.

O Conselheiro Wagner Rosário questionou a razão pela qual 1.964 manifestações foram classificadas como "encerradas", perguntando se isso significava que as demais 24.465 manifestações ainda estavam em tratativa. A Sra. Viviane esclareceu que esse número corresponde às manifestações que não necessitaram de tratativas internas e foram resolvidas com orientações diretas ao cidadão, sem necessidade de encaminhamento a outras áreas.

Ao longo da análise dos dados, a Sra. Viviane destacou que houve um aumento de 107% no número de manifestações em relação a 2023, o que se deve à implementação da Plataforma Fala SP, que ampliou o acesso aos canais de comunicação com a Prodesp. Além disso, o crescimento também está relacionado à absorção de chamados que anteriormente eram tratados pela Diretoria de Serviços ao Cidadão via SAC do Poupatempo. A Gerente de Ouvidoria apresentou as análises por tipos de manifestações.

A Sra. Viviane informou que houve uma redução de 3% no volume total de denúncias. No entanto, houve um aumento de 33% no número de denúncias consideradas aptas para apuração interna. Esse crescimento está diretamente relacionado à ampliação do uso da plataforma Fala SP, que permitiu que mais cidadãos registrassem formalmente queixas contra serviços e atendimentos do Poupatempo.

Detalhou que no Poupatempo, os problemas mais relatados foram assédio moral (70 casos) e vazamento de dados (50 casos), sendo os postos de atendimento mais citados Sé, Tiradentes e Itaquera.

O Conselheiro Wagner Rosário expressou preocupação com o volume de denúncias relacionadas ao vazamento de dados, questionando se já foram implementadas medidas para fortalecer a segurança das informações no sistema de agendamento. A Sra. Viviane explicou que houve uma atualização no sistema de agendamento do Poupatempo, eliminando vulnerabilidades e garantindo que todos os agendamentos agora sejam validados por meio do GOV.BR.

Outro ponto levantado pelo Conselheiro Wagner foi a ocorrência de nove casos classificados como violência sexual, indagando quais providências foram tomadas. A Sra. Viviane relatou que alguns casos foram confirmados e resultaram no afastamento imediato dos envolvidos, com acionamento da Corregedoria e do Comitê de Ética. O novo decreto vigente determina que casos de assédio sexual não sejam mais apurados internamente pela unidade, mas sim encaminhados diretamente à Controladoria-Geral do Estado (CGE).

O Conselheiro Wagner também sugeriu a unificação da Ouvidoria Interna com o Canal do Colaborador, considerando que dois canais distintos podem dificultar a gestão das manifestações. A Sra. Viviane explicou que a diferenciação existe porque o Canal do Colaborador atende terceirizados, enquanto a Ouvidoria Interna atende funcionários da Prodesp. No entanto, ela sugeriu que o Fala BR possa incluir um marcador específico para facilitar a priorização dos atendimentos.

Encerrada a apresentação, a Sra. Viviane agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição para esclarecimentos futuros.

#### **ITEM 6 – CIÊNCIA DAS METAS CORPORATIVAS DO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DOS RESULTADOS – PPR 2025, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 7º DO DECRETO 59.598/2013, E POSTERIOR SUBMISSÃO À DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 14, INCISOS I E XVIII, DO ESTATUTO SOCIAL DA PRODESP (ATENDIMENTO AO ITEM 12.1 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

Dando continuidade à pauta da reunião, a Sra. **Paula Candido**, Coordenadora do Escritório de Governança esclareceu que, **na última reunião do Conselho de Administração, foram solicitadas algumas alterações no programa**, o que resultou na **necessidade de revisão das metas e critérios estabelecidos**. Tendo em vista essas modificações, o tema **será reapresentado ao Conselho de Administração na reunião agendada para o dia 28 de fevereiro de 2025**.

Diante desse cenário, a proposta apresentada ao Conselho Fiscal é que a análise do item **seja postergada para um momento posterior, após a deliberação pelo Conselho de Administração**, quando o documento já estiver revisado e aprovado para ciência do colegiado.

Os membros do Conselho Fiscal **concordaram com a proposta** de aguardar a deliberação do Conselho de Administração antes de retomarem a discussão sobre o tema.

#### **ITEM 7 – CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCOS E RISCOS ESTRATÉGICOS (ATENDIMENTO AO ITEM 5.5 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

A Sra. Paula Candido, Coordenadora do Escritório de Governança, abriu a discussão sobre a Declaração de Apetite a Riscos e Riscos Estratégicos, ressaltando que o tema está diretamente integrado ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e que já foi pautado para deliberação na próxima reunião do Conselho de Administração, agendada para o dia 28 de fevereiro de 2025. Diante disso, a Sra. Paula sugeriu que o Conselho Fiscal adiasse a análise desse tema para a próxima reunião, permitindo que a discussão ocorra após a aprovação do documento final pelo

Conselho de Administração. A Sra. Tarcila Peres, Presidente do Conselho Fiscal, manifestou concordância com a sugestão, assim como os demais conselheiros.

O conselheiro Wagner Rosário, no entanto, fez uma observação específica sobre a classificação do apetite a risco no documento disponibilizado. Ele destacou que, na norma de apetite a risco e no documento de objetivos estratégicos, a classificação para ESG (Environmental, Social and Governance) foi definida como alto apetite a risco.

O conselheiro questionou se essa classificação foi um erro ou se há uma justificativa técnica para tal definição. Ele ressaltou que a discrepância chama atenção, pois em outras áreas, como integridade, o apetite a risco foi classificado como muito baixo. Diante disso, levantar um apetite a risco alto para governança corporativa, sem uma explicação detalhada, pode ser um ponto crítico a ser esclarecido pela área técnica de riscos.

O conselheiro Wagner reforçou que essa preocupação já havia sido pontuada anteriormente, e que essa nova oportunidade de discussão poderia trazer um melhor entendimento sobre a fundamentação utilizada na classificação do risco ESG.

A Sra. Paula Candido, acolhendo a observação do conselheiro, comprometeu-se a levar essa questão ao CAE antes da reunião do Conselho de Administração. Dessa forma, a área técnica de riscos poderá avaliar e esclarecer a justificativa para essa classificação antes da deliberação final.

O conselheiro Wagner Rosário concordou com essa abordagem, ressaltando a importância de que a revisão e eventual correção sejam feitas antes da aprovação pelo Conselho de Administração.

### **Follow-ups Solicitados**

1. Encaminhar previamente a observação do conselheiro Wagner ao Comitê de Auditoria Estatutário para que a área técnica de riscos avalie e justifique a classificação do apetite a riscos.
2. Incluir o tema na pauta da próxima reunião do Conselho Fiscal, garantindo que o documento final, já aprovado pelo Conselho de Administração, possa ser discutido com os ajustes necessários.

### **ITEM 8 – CIÊNCIA DOS PROCESSOS JUDICIAIS E DO TRIBUNAL DE CONTAS REFERENTE AO FECHAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2024 (ATENDIMENTO AO ITEM 5.8 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

A apresentação deste item foi realizada pelas Coordenadoras da Gerência Jurídica, Dras. Juliana, Stephanie e Kélysta. A Gerente Jurídica justificou sua ausência devido a um compromisso externo.

A exposição contemplou um panorama detalhado da contingência passiva e ativa da Prodesp, além de um levantamento sobre inquéritos civis, processos trabalhistas e atuação do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

As coordenadoras informaram que houve um aumento nos provisionamentos entre 2023 e 2024, em razão de uma mudança na metodologia de atualização monetária e também pela elevação dos processos vinculados ao tema 2022, referente à motivação da demissão em processos trabalhistas. Apresentou-se um recorte detalhado por área, destacando os valores classificados como remoto, possível e provável.

A Prodesp apresentou um aumento expressivo na contingência ativa em 2024, decorrente da nova política de atualização monetária e da intensificação das ações monitorias para cobrança de clientes inadimplentes.

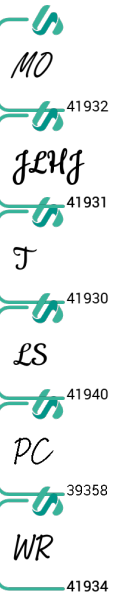
Além disso, a equipe destacou os valores recuperados ao longo do ano. Foi ressaltado que esses números excluem valores relacionados ao Poupatempo, considerando apenas o impacto direto na Prodesp.

A equipe jurídica apresentou um comparativo entre os anos de 2023 e 2024 sobre os inquéritos civis em andamento. Houve redução no número de investigações em que a Prodesp constava como investigada, enquanto a quantidade de inquéritos onde a empresa figurava como interessada se manteve estável.

A equipe também apresentou um levantamento detalhado dos procedimentos no Ministério Público do Trabalho (MPT), indicando que os postos do Poupatempo são os principais alvos de investigações. Os temas predominantes envolvem conforto térmico, refeitórios e problemas relacionados à segurança e identificação dos funcionários.

No que diz respeito à Prodesp, os temas mais recorrentes foram terceirização, reestruturação da área comercial e demissões ligadas à extinção de atividades no Poupatempo do interior. Nenhum dos casos registrados resultou, até o momento, na abertura de ação trabalhista pelo MPT.

A equipe apresentou um comparativo das requisições de documentos pelo TCE entre 2023 e 2024, identificando um aumento de 40% no volume de solicitações. Esse crescimento foi atribuído ao aumento no volume de contratações da Prodesp. Contudo, ao comparar com 2022,



os números ainda são inferiores, demonstrando que a atuação do TCE está alinhada ao padrão histórico, sem indícios de aumento da fiscalização sobre a empresa.

A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Tarcila Peres, agradeceu a equipe jurídica pela apresentação detalhada e pelos esclarecimentos prestados.

### **ITEM 9 – CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE FATOS RELEVANTES A SEREM COMUNICADOS AO MERCADO (ATENDIMENTO AO ITEM 7.3 DO PLANEJAMENTO ANUAL DO CF)**

Foi informado que, neste momento, não há fatos relevantes a serem comunicados ao mercado.

### **ITEM 10 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE SOCIAL**

#### **1. Ciência do Ofício CODEC 011/2025 – Assembleia Geral Ordinária – Aprovação das Contas do Exercício de 2024**

A Coordenadora do Escritório de Governança, Paula Candido, formalizou o recebimento do Ofício CODEC 011/2025, que convoca a Assembleia Geral Ordinária para aprovação das contas do exercício de 2024, a ser realizada no dia 23 de abril de 2025.

#### **2. Documentos Disponibilizados na Pasta Base de Conhecimento**

Foram disponibilizados os seguintes documentos na Pasta Base de Conhecimento para consulta dos conselheiros: Certidões Negativas, Contingências, Documentos Fiscais, Informativos BIT e ZOOM, Caderno de Prestação de Contas – Dezembro de 2024, Planilha de Livre Provitimento – Dezembro de 2024

#### **3. Atualizações sobre Cursos de Capacitação**

Paula informou que foi concedida uma prorrogação do prazo para realização do curso do IBGC até abril de 2025, considerando a dificuldade de agenda dos conselheiros, embora o conteúdo tenha sido avaliado como relevante e de boa qualidade. Solicitou que, caso algum membro enfrentasse dificuldades de acesso, entrasse em contato para que a equipe pudesse providenciar suporte junto ao IBGC.

Sobre o curso de Cibersegurança da ISACA, Paula mencionou que os links para acesso foram disponibilizados, mas que a forma de apresentação não estava adequada para um público executivo, sendo enviados como vídeos individuais no YouTube. Diante disso, a equipe está buscando uma plataforma interna para consolidar os conteúdos e facilitar o acesso, além da possibilidade de agendar uma apresentação ao vivo com a ISACA.

A Conselheira Luzia Sarno expressou que o conteúdo do curso estava excessivamente técnico mesmo para quem já tem familiaridade com TI. Segundo ela, o material deveria ser mais estratégico e executivo, condizente com o perfil dos conselheiros.

Diante desse retorno, Paula sugeriu a aplicação de um formulário de avaliação para que os conselheiros pudessem compartilhar suas impressões sobre os cursos tanto do IBGC quanto da ISACA.

Paula reforçou a necessidade da assinatura das atas pendentes por parte dos conselheiros, solicitando atenção para a conclusão desse procedimento.

Sem mais temas a serem discutidos, Tarcila Peres encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Secretária, lavrei a presente ata que após encaminhada, lida e achada conforme, será aprovada e assinada em momento posterior, dada a realização da reunião híbrida, com o que concordaram todos os Membros presentes.



*Tarcila Peres Santos*

**TARCILA PERES SANTOS**

Presidente do Conselho Fiscal



*Maurício Barutti De Oliveira*

**MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA**

Membro do Conselho Fiscal



*Luzia Valeria Sarno*

**LUZIA SARNO**

Membro do Conselho Fiscal



*Paula De Freitas Candido*

**PAULA DE FREITAS CANDIDO**

Coordenadoria de Escritório de Governança



*José Lopes Hott Junior*

**JOSÉ LOPES HOTT JUNIOR**

Membro do Conselho Fiscal



*Wagner De Campos Rosário*

**WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

Membro do Conselho Fiscal

### Ata Reunião Ord Conselho Fiscal 18022025.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 060F2-8C254-234DB



Solicitação de assinatura iniciada por: Paula d. F. C. em 15/04/2025

## Assinaturas



Paula de Freitas Candido  
Assinou Eletronicamente



Paula De Freitas Candido

39358



PC

39358

Assinou em: 16 de abril de 2025, 10:44:28 | [redacted] | [redacted]  
[redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-1027



Wagner de Campos Rosário  
Assinou Eletronicamente



Wagner De Campos Rosário

41934



WR

41934

Assinou em: 16 de abril de 2025, 15:12:46 | [redacted] | [redacted]  
[redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Safari 16.3, Mac 10.15.7 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0480



Tarcila Peres Santos  
Assinou Eletronicamente



Tarcila Peres Santos

41930



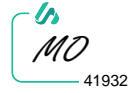
T

41930

Assinou em: 16 de abril de 2025, 18:08:06 | [redacted] | [redacted]  
[redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 135.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-2729



Mauricio Barutti de Oliveira  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 16 de abril de 2025, 19:55:28 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 135.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7685



José Lopes Hott Junior  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 16 de abril de 2025, 20:12:25 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 135.0.0.0, Mac  
10.15.7 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7949



Luzia Valeria Sarno  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 17 de abril de 2025, 10:24:58 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 135.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0574